



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-09-2024.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e doze minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 303 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foram aprovadas as Atas nº 29/24 (ordinária) e nº 30/24 (declaratória), tendo sido dispensada a leitura das mesmas. Em prosseguimento, a senhora Presidente comunicou justificativa de falta do vereador Ramiro Rosário, o qual se encontrava em reunião com representantes da InovEducação acerca de problemas e soluções sobre a educação, conforme SEI nº 197.00082/2024-72. Após, a senhora Presidente prestou esclarecimentos sobre a pauta do encontro, destinada à apresentação em Audiência Pública do Relatório de Gestão de Saúde do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e quatro, com base no § 5º do art. 36º, da Lei Complementar Federal nº 141/12, e efetuou leitura do edital da presente Audiência que foi publicado no Diário Oficial de Porto Alegre, em jornal de grande circulação e no site deste Legislativo, em atendimento ao princípio da publicidade requerida na legislação vigente. Na sequência, registrou a presença dos senhores Fernando Ritter, secretário da Secretaria Municipal de Saúde – SMS; Leonardo Barrios, promotor de justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – MPRS; Cincinato Fernandes Neto, diretor-geral do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas – HMIPV; Roberto Vinícius Silva Saraiva, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Sul – OAB/RS; e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, a senhora Presidente passou a palavra aos convidados e demais participantes do encontro para as suas manifestações. O senhor Fernando Ritter conduziu a apresentação do relatório de gestão do primeiro quadrimestre do corrente ano, discorrendo sobre mapa estratégico da SMS, sobre prejuízos decorrentes de recentes enchentes ocorridas na região metropolitana e sobre unidades móveis de saúde mental que não interromperam seus funcionamentos. Detalhou a reconstrução e

a reabertura de unidades de saúde que foram afetadas pela calamidade pública ocorrida naquele quadrimestre, elencou dados, fatores determinantes e níveis de risco de dengue no Município e divulgou providências para controle e contenção da doença. Discutiu outras doenças de relevância epidemiológica que podem exigir atenção das equipes de saúde municipais e contratadas, anunciou a prorrogação da Operação Inverno naquele quadrimestre, em razão de incêndios de grandes proporções ocorridos em outros estados da Federação, e atentou para a importância da vacinação para toda a população. Informou que, durante o recente período de enchentes, as unidades de saúde então em funcionamento atenderam pessoas de todos os territórios e em horários estendidos. Explicou números de internações ocorridas na Operação Inverno, quantidades de trabalhadores ocupados em serviços próprios de saúde e números de atendimentos relacionados a doenças de inverno. Descreveu o apanhado de profissionais e de horas trabalhadas nas unidades de saúde e comunicou futura revisão de filas de espera por atendimentos, bem como reavaliação da proximidade entre as residências dos pacientes e os postos de atendimento. Também tratou de indicadores do Programa de Metas – PROMETA, tais como: cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família; unidades de saúde com horário de funcionamento ampliado; serviços de saúde bucal estruturados e com acesso a próteses; implantação do Centro de Referência em Transtorno Autista – CERTA; ampliação de horário de funcionamento de farmácias distritais; coeficiente de mortalidade infantil; taxa de cura de casos de tuberculose; cobertura vacinal contra Covid-19; acesso ao Sistema de Prontuário Eletrônico; e mutirões de cirurgias eletivas. Ainda, criticou a rede estadual de saúde e os atrasos no envio de dados pelo Ministério da Saúde, lembrando que o Município atende cada vez mais casos de baixa e média complexidades procedentes de outras cidades. Em relação ao Programa Agiliza Saúde, apontou investimentos realizados no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no HMIPV, no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul – PACS – e no Hospital de Pronto Socorro - HPS, demonstrando a pretensão do Executivo em tornar o Programa permanente e ressaltando a necessidade de investimentos em estrutura, processo e resultado. Além disso, comentou: a inauguração prévia do Centro de Oncologia e Hematologia do Grupo Hospitalar Conceição – GHC; negociações para ampliação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA – e do Hospital Vila Nova; demora nos processos de habilitação de instituições de saúde; compromisso de ampliação de prontos atendimentos; valores aplicados em saúde pelos diferentes entes federativos; dificuldades para realização de investimentos no PACS; obras entregues e em andamento, da área da saúde; recursos de emendas parlamentares destinadas à saúde; aumento de indicadores do Índice Sintético Final do Programa Previne Brasil; ampliação de recursos humanos próprios da SMS e terceirizados; números de atendimentos realizados em prontos atendimentos e pelo SAMU; internações hospitalares no Município; envelhecimento e redução da natalidade da população local; aumento de doenças crônicas; razões para redirecionamento da maternidade do Hospital São Lucas da PUCRS; destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – para a maternidade do Hospital Restinga e Extremo-Sul Eva Laurencio Valladares; indicadores de desempenho do HPS; redução de investimentos estaduais no ASSISTIR - Programa de Incentivos Hospitalares; custos de atendimentos de casos graves no HPS; indicadores do

Serviço de Atenção Domiciliar – Programa Melhor em Casa; redução da transmissão vertical de vírus; entregas de kits por meio do Projeto Mãe Gaúcha; adesões ao Projeto Nascer; e protocolos para prevenção e tratamento de feridas. Na ocasião, a vereadora Lourdes Sprenger formulou questões sobre o fechamento de maternidades de três hospitais no Município, sobre os tipos de vacinação disponíveis em postos de saúde e sobre o processo de inscrição para atendimento odontológico. Em seguida, o senhor Fernando Ritter esclareceu consequências da falta de correção da tabela do Sistema Único de Saúde – SUS; a distribuição de acessibilidade a gestantes na Capital; os impactos decorrentes do fechamento das maternidades de cidades próximas; a reabertura da maternidade do Hospital Mãe de Deus; e a absorção de casos vindos de outros hospitais que tiveram setores daquela especialidade fechados. Também discriminou vacinas disponíveis e distribuição de equipes de saúde bucal em unidades de saúde. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino elucidou processos de encaminhamento de pacientes para tratamento de saúde mental e para redução da respectiva fila de espera no Município, questionando estimativa de prazos para abertura de novos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS – e solicitando mais informações sobre o CERTA. O senhor Fernando Ritter pronunciou-se acerca de projetos, futuros editais e recursos financeiros para ativação de novos CAPS do Município. Debateu atendimentos realizados no CERTA, o processo de construção de outra sede daquele Centro e formas de atendimento multidisciplinar do Transtorno do Espectro Autista – TEA. Abordou a quantidade ideal de instituições de saúde mental no Município, o aumento das respectivas equipes de trabalhadores e providências para a realização de curso sobre Transtorno Global do Desenvolvimento. Ainda, citou edital em vigor para instituições especializadas em atendimento de TEA. A vereadora Cláudia Araújo cobrou transparência de dados da fila de espera para tratamento público traumatológico e solicitou informações sobre atendimentos oncológicos realizados no Hospital Vila Nova e também sobre endometriose e fibromialgia. Acusou o recebimento de relatos de falta de médicos em unidades de saúde que atendem até as vinte e duas horas, cobrou mobilização para reversão e para publicação da redução de recursos destinados ao HPS e indagou o senhor Secretário quanto à previsão para início das atividades de carro odontológico. O senhor Fernando Ritter informou que tramita processo para compra do referido veículo, criticou a falta de transparência de dados estaduais de saúde e justificou prazos longos para atendimento ortopédico no Município. Acrescentou que estes prazos serão reduzidos e que há necessidade de investimento em traumatologia nos municípios adjacentes. Ainda, teceu considerações acerca de providências para ampliação de atendimentos oncológicos, de endometriose e de fibromialgia, advertindo os presentes para a necessidade de denúncias sobre eventuais ausências de médico nas unidades de saúde do Município. A vereadora Lourdes Sprenger salientou que há tratamento a laser disponível para queimados. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças e o relatório de gestão apresentado neste evento. Às onze horas e trinta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Lourdes Sprenger.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, Vereador (a)**, em 15/10/2024, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0786428** e o código CRC **585AC411**.

Referência: Processo nº 009.00001/2024-31

SEI nº 0786428